

Geografia, interdisciplinaridade e metodologia

Antonio Carlos Robert Moraes
Universidade de São Paulo

p. 9– 39

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>

Como citar este ensaio:

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

Geografia, interdisciplinaridade e metodologia

Antonio Carlos Robert Moraes

Vem se consolidando no universo das ciências humanas, nas últimas décadas, uma postura fortemente individualista em termos metodológicos, a qual entende que a adoção de preceitos de método resulta em arranjos singulares afeitos a cada pesquisador, possuindo uma indelével marca pessoal. Tal posicionamento se alimenta em muito da dificuldade atual de localizar os fundamentos filosóficos de uma reflexão científica sobre a sociedade pela alusão aos rótulos clássicos que nomeiam os seus grandes campos metodológicos (marxismo, estruturalismo, fenomenologia etc.). Hoje se observa que a fundamentação teórica de muitas investigações advém de diálogos entre corretes e autores díspares, revelando um leque de influências distintas não redutíveis a uma classificação única e genérica.

A aceitação de certa dose de “individualismo metodológico”¹ não significa, todavia, que o controle epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessitem de explicitação. Não significa também que inexistam matrizes interpretativas que estruturem os próprios arranjos teóricos individualizados, justificando-os no plano filosófico. Pode-se dizer, ao contrário, que mesmo as orientações que apresentam grande

¹ Usa-se tal designação aqui num sentido amplo, não dizendo respeito apenas à “teoria da escolha racional” mais associada a esse rótulo.

diversidade de fontes de filiação possuem uma inspiração teórica central (uma orientação guia) que preside a articulação do conjunto construído de influências variadas. Na verdade, a adesão a tesa da individualidade metodológica deveria reforçar a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na montagem do discurso, pois a coerência de qualquer postura metodológica praticada repousa em muito na possibilidade de compatibilização lógica e epistemológica de seus componentes.

A questão do método sempre foi um assunto problemático para a reflexão geográfica e, durante décadas, os geógrafos procuraram dela se esquivar, ora simplesmente ignorando este tópico da labuta científica, ora restringindo-o à discussão das técnicas de investigação. A grande viragem observada na geografia nos anos setenta do século passado teve o debate metodológico como o campo preferencial de crítica e formulação, com as novas proposições sentindo-se obrigadas a explicitar em detalhe seus posicionamentos nessa matéria. Pode-se mesmo considerar que o movimento de renovação vivido por esta disciplina foi, antes de tudo, uma discussão metodológica (ou melhor, uma confrontação entre posturas metodológicas antagônicas). A falta de precisão nos fundamentos de método da geografia tradicional era objeto comum das variadas críticas então formuladas.

Hoje, decorridos cerca de quarenta anos de prática da geografia renovada, observa-se na produção brasileira desse campo disciplinar uma salutar convivência de diferentes orientações de método que animam uma pluralidade de posicionamentos teóricos distintos. Nesse rol é possível identificar como os problemas antípodos do debate geográfico contemporâneo: de um lado, a utilização do método como uma camisa-de-força que se sobrepõe à pesquisa empírica na interpretação dos temas investigados, no limite tal postura veicula o dogmatismo de fornecer “respostas” metodológicas prontas (e prévias) para qualquer questão investigada; de outro, o ecletismo implícito (não adotado como orientação explicitamente assumida) que, no limite, dissolve a própria discussão metodológica ao troná-la irrelevante em fase de assimilação acrítica de proposições muitas vezes contrastantes e antagônicas, com o risco da total incoerência epistemológica.

Cabe bem diferenciar uma proposta marcada por forte individualidade (e mesmo pluralidade) em termos de filiação metodológica da adesão implícita ao ecletismo, e tal diferença reside exatamente no grau de coerência da formulação epistemológica construída pelo pesquisador, a qual requer um nível aceitável de compatibilidade entre os argumentos e enunciados nela combinados. Em outras palavras, existem teorias e posicionamentos que mesmo tendo raízes filosóficas distintas possuem possibilidades de diálogo e associação, existem outras, contudo, que são exclusivas e anulam reciprocamente seus fundamentos filosóficos e que, por isso, não podem ser articuladas num corpus teórico comum e coerente. A individualidade de um bom embasamento de método reforça a demanda pela explicitação das filiações assumidas.

A argumentação aqui exposta busca apresentar o itinerário teórico de composição de um posicionamento metodológico que tem como eixo estruturador a teoria social de Marx, localizando-se como um exercício fundamentado no “marxismo ocidental” (Anderson, P., 1976). Portando, assume-se tal filiação não como dogma ou doutrina, mas como inspiração de uma forma de ver e interpretar as sociedades e a história (Heller, 1982). Poder-se-ia dizer que o texto que se introduz apresenta uma tentativa de reconstrução do objeto geográfico, entendendo essa operação como a discussão re-contextualizada de temas tradicionalmente tidos como do cam-

po da geografia, num exercício que indica explicitamente os fundamentos metodológicos de tal empresa. Nesse sentido concebe-se o *objeto* como o ordenamento de *temário* tradicional à luz de novos preceitos de *método*. Caberá ao leitor avaliar a coerência e a pertinência da proposta apresentada, a qual abre um amplo leque de perspectivas de pesquisa e fornece indicações de como encaminhar tais estudos. Trata-se de uma proposta de conteúdo político e ideológico explícito, que tenta não fugir das polêmicas que sua formulação envolve, assumindo claramente a contraposição com outras orientações presentes na reflexão geográfica contemporânea. Ainda quanto a este ponto, um último comentário refere-se à valorização da pluralidade metodológica como componente necessário para o desenvolvimento de qualquer campo disciplinar, tendo claro que tal pluralismo implica fatalmente na convivência de variadas concepções acerca do objeto geográfico. Seria interessante que todas estas concepções apresentassem de forma clara e sistemática os fundamentos de método que as sustentam. Enfim, aqui se apresenta *uma* possibilidade no vasto horizonte das geografias possíveis. Adota-se, assim, de início, uma postura não exclusiva no que diz respeito à questão da “verdade” em ciências humanas.

1 Método e definição dos campos disciplinares

A noção de *campo disciplinar* se impõe por meio da crítica à ideia de que cada ciência corresponderia um *objeto* empírico particular e específico. Tal visão, aos olhos atuais, padeceria de um forte apelo sensualista, onde o tema de pesquisa necessariamente é circunscrito como um ente objetivo e singular, uma *coisa*. Hoje, tem-se claro a inexorável arbitrariedade do sujeito no trabalho científico, e também que os recortes analíticos são construções históricas antes de tudo, que, por sucessivas reiteraões, vão se naturalizando e adquirindo um status de “verdade”. Hoje, questiona-se a ciência como discurso e representação do mundo, atendo-se para o tema da legitimação das teorias científicas.²

É no contexto do debate mencionado que a noção de campo disciplinar se afirma, ao compreendê-lo como, antes de tudo, o resultado de uma tradição acadêmica articulada por determinadas filiações, com uma produção teórica e um quadro conceitual próprios. Tal tradição objetiva-se em comunidades científicas que atuam como corporações, com regras e hierarquias definidas *inter corpore*, as quais se abrigam em instituições criadas para reproduzi-las, gerando linguagens e linhagens específicas (Bourdieu, 1983). Nesse sentido, os campos disciplinares são dependentes da vida institucional e da atuação de suas comunidades para se manter. A história da ciência fornece detalhadas informações acerca de áreas ou tradições que desapareceram ou que não conseguiram lograr uma legitimação científica. Por outro lado, o esforço institucional da comunidade dos geógrafos europeus a partir da segunda metade do século XIX bem demonstra o afirmado numa ação que obteve êxito (Capel, 1977).

No processo de constituição e reprodução dessas tradições é comum encontrar disputas, interlocuções e sobreposições de áreas de interesse entre diferentes campos disciplinares. No passado, os confrontos pela exclusividade em certos temas apareciam como a forma mais

² Esse parece ser o tema central das ciências humanas contemporâneas que, após se libertar das limitações postas pelos critérios de cientificidade oriundos das ciências naturais (notadamente uma noção de objetividade vinda das ciências experimentais), defrontam-se com o questionamento social de seus próprios mecanismos específicos de legitimação das teorias. Para uma reflexão sobre esse tema, ver T. Adorno e M. Horkheimer (1985) e J. Habermas (1980). Para uma discussão no campo da geografia, ver M. Escolar (1996).

recorrente de relação,³ situação que vai mudando na medida em que a metodologia vai ganhando maior autonomia em face aos debates disciplinares, o que faz com que as controvérsias se estabeleçam mais no plano dos métodos. Isto abre espaço para um diálogo menos conflituoso entre distintos campos do conhecimento, propiciando canais de comunicação principalmente quando os diferentes especialistas partilham o mesmo marco metodológico. Nesse sentido, uma história da interdisciplinaridade na ciência moderna deveria começar interrogando o processo de difusão dos principais métodos em suas aplicações em variados campos científicos, pois a unidade metodológica serviu de patamar para muitos diálogos interdisciplinares. O caso da Escola de Frankfurt aparece como paradigmático nas ciências humanas, com um pauta de pesquisa que articulava os campos da psicologia, da sociologia, da estética e da economia, entre outros (Slater, 1978).

A origem dos principais métodos clássicos em ciências humanas reside em macro-teorizações dotadas de uma vontade totalizadora, que unificam num mesmo discurso um sistema filosófico e uma teoria geral da história e/ou da sociedade. Comte, Marx, ou Levi-Strauss, por exemplo, geraram proposições que buscavam ser razoavelmente exaustivas no entendimento da realidade, logo que trafegassem por diferentes dimensões da vida social, abordando variados fenômenos, influenciando em discussões de várias disciplinas, iluminando assim distintos campos acadêmicos.⁴ Vale ressaltar que este afã totalizante contrasta-se bem com as proposições metodológicas mais recentes, marcadas por um caráter “aberto”, de forte índole não conclusiva e com uma ótica singularista, postura que constitui uma das características essenciais das perspectivas autodenominadas “pós-modernas” (Lyotard, 1989). Nestas a interdisciplinaridade, ou, mais adequado, a transdisciplinaridade, estaria assentada não no plano da discussão metodológica, e menos ainda no da classificação das ciências, mas no delineamento/desvendamento heurístico de novos temas para a investigação, que se concebe como um exercício exclusivamente discursivo. Nas colocações mais radicais, toma-se a própria incerteza como elemento fundador e justificador de uma nova tradição.

Na verdade, quando se renega uma postura pós-metodológica (ou antimetodológica), os pressupostos lógico-epistemológicos de cada método emergem como limites insuperáveis para o diálogo interdisciplinar, pois o alcance analítico de cada orientação metodológica varia de acordo com o conteúdo de seus componentes filosóficos (ontológicos e gnosiológicos). Existem métodos amplamente trans-disciplinares, que a rigor não conhecem limitações em termos de suas áreas de aplicação, como, por exemplo, o positivismo e a teoria dos sistemas. Existem outras orientações metodológicas que conhecem enfáticas restrições em sua aplicabilidade, como as presentes nos métodos exclusivos das ciências humanas, como o marxismo ou a fenomenologia, por exemplo. Há mesmo propostas metodológicas que se dirigem a apenas uma

3 O debate no início do século XX, na França, entre os sociólogos agrupados no *Année Sociologique* e os geógrafos do *Annales de Géographie* bem ilustra o afirmado, pois em termos de método todos remetem à teoria social de Augusto Comte (Moraes, 1990).

4 Em termos das matrizes clássicas das ciências humanas, a exceção emerge nas proposições neokantistas, que se distinguem exatamente pela peculiar associação que estabelecem entre método e ciência. Nessa visão, cada campo do conhecimento teria sua forma própria de recortar analiticamente uma realidade comum tida como inesgotável, sendo esse recorte responsável pela legitimação da especificidade de cada ciência (seu “método” próprio). Esse equacionamento da matéria fornece fundamentos para a proposição do ecletismo como princípio metodológico, pois a somatória de diferentes visões contribuiria para enriquecer o conhecimento de qualquer tema ou objeto (Cassirer *apud* Bourdieu, 1974).

área do conhecimento (como a “sociologia compreensiva” de Max Weber) ou à análise de uma classe bem restrita de fenômenos (como a teoria psicanalítica de Freud). Enfim, as posições existentes são variadas quanto a este ponto.

As restrições em termos do campo de aplicação subjacente a cada método derivam de posicionamentos assumidos em sua construção ou na macroteoria que lhe deu origem, dizendo respeito às diferentes concepções presentes na reflexão filosófica quanto à possibilidade de explicar/interpretar o mundo, e/ou quanto à capacidade de chegar ou não a uma efetiva objetividade nessa “leitura do real”. Elas expressão a adesão a distintas posturas em questões ontológicas e gnosiológicas, com destaque para a própria visão adotada acerca da relação entre o sujeito e objeto do conhecimento. Cabe salientar que cada concepção do ato cognitivo condiciona a adoção de todo um conjunto de procedimentos de pesquisa que correspondam a esta forma de conceber a consciência do mundo, sendo que algumas óticas se adaptam melhor ao estudo de certos fenômenos, inclusive destacando-os como prioritários (ou estruturantes da “realidade”), enquanto outras podem interditar de forma absoluta a análise de determinadas matérias (inclusive por que pode entendê-las como inexistentes ou falsas). Por tanto, os componentes filosóficos de um método assumido vão condicionar os recortes analíticos passíveis de serem executados sob sua orientação, bem como as suas possibilidades de interlocuções interdisciplinares coerentes.

Na ciência moderna, que tem como uma característica distintiva exatamente a diferenciação de seu universo de reflexão em relação ao da filosofia, a própria divisão dos campos disciplinares deve envolver posicionamentos metodológicos explícitos que sustentem suas delimitações. Contudo, várias tradições acadêmicas já estavam constituídas e legitimadas, com instituições e corporações estabelecidas, quando da sistematização dos métodos científicos contemporâneos. Tal fato foi responsável pela perpetuação de áreas de conhecimento que conviveram ou convivem com grandes lacunas epistemológicas em sua legitimação científica, ou de campos disciplinares que conheceram processos de sistematização metodológicos *ex post*, o caso da geografia sendo exemplar nesse sentido (Unwin, 1995).

Entre os mecanismos mais usuais de legitimação e de operação teórica nestes campos mais “problemáticos” aparecem as transposições metodológicas interdisciplinares, entendidas como o procedimento de tomar uma teoria consagrada em um dado campo disciplinar e aplicar sua estrutura lógica e argumentativa na explicação de um fenômeno de outro campo. O amplo uso da teoria evolucionista em variados campos do conhecimento bem ilustra tal procedimento, como também a utilização atual das leis da termodinâmica na explicação da vida social poderia servir de exemplificação (Altvater, 1995). Isso para não mencionar o positivismo comteano que, com sua concepção evolutiva de classificação das ciências, constitui um eficaz veículo de disseminação desse mecanismo, divulgando em diversas áreas teorias oriundas da física (como a ideia de causalidade da mecânica newtoniana) e da biologia (como a noção de organismo). São bastante conhecidas as analogias e metáforas teóricas e conceituais naturalistas amplamente empregadas nas fases pioneiras de várias ciências humanas, não raro equacionadas em termos de morfologia, fisiologia e patologia. A teoria social de Durkheim é exemplar nesse sentido.

Todavia, a possibilidade de uso desse mecanismo, com o grau de esclarecimento epistemológico partilhado hoje, também deveria estar regulada por preceitos de ordem metodológica. E as restrições de abrangência mencionadas anteriormente atuariam então como ele-

mentos impeditivos ou limitativos das transposições interdisciplinares. Uma das diferenciações de grande efetividade a ser relevada é aquela que distingue com bastante ênfase o domínio das ciências experimentais do domínio das ciências hermenêuticas, presente na totalidade dos métodos que limitam sua aplicação ao segundo universo. O marxismo, por exemplo, tomado como método,⁵ tem seu horizonte de aplicação circunscrito ao universo de manifestação dos fenômenos e processos sociais. Não há na vasta obra de Marx uma apreciação sistemática da natureza e dos fenômenos e processos naturais (Schmidt, 1976), estes são sempre por ele enfocados como uma “natureza para o homem”, isto é, como materiais e meios de produção, enfim como “recursos” (valores-de-uso potenciais). As tentativas de expandir o uso do seu método para o campo dos fenômenos naturais redundaram em deslizes positivizantes que contrariavam alguns dos fundamentos gnosiológicos básicos da sua proposta. A elucidação da dialética como uma hermenêutica própria para apreender a dinâmica da sociedade, cujo movimento é autoimpulsionado e determinado tanto pela necessidade quanto pela possibilidade de liberdade e criação dos seres humanos, já basta para demonstrar tal limitação.

A própria dialética é, assim, vista como uma forma exclusiva de análise dos fenômenos e processos sociais, pois pressupõe um movimento objetivado por ações conscientes, isto é, que se desdobra por meio de atos teleológicos de sujeitos reais. Nesse entendimento não há possibilidade lógica de conceber uma dialética da natureza ou do espaço, pois a manifestação dialética demanda a consciência e a vontade de um sujeito. Desse modo, a adoção de tal lógica vai emergir como elemento limitador do alcance da possibilidade de atuação disciplinar para as orientações metodológicas que a utilizem, como é o caso da teoria social de Marx. A interdição do uso desse método no estudo das ciências experimentais decorre de posicionamentos filosóficos adotados, que o fundamentam no plano gnosiológico. Inicialmente, o entendimento do ato cognitivo no marxismo já bem distingue um modo específico de conceber a relação sujeito/objeto na análise dos fenômenos sociais. No estudo do mundo natural há uma exterioridade do sujeito na avaliação do objeto e uma repetibilidade na manifestação de certos fenômenos que não encontra paralelo no universo da vida social. Nesta, o pesquisador é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Como ser social, sua autolocalização na sociedade (suas crenças, valores, preconceitos) influencia inexoravelmente sua análise e valoração dos fatos. Por outro lado, a potencialidade de inovação do ser humano torna o futuro algo não pré-determinado, tornando a previsão um exercício meramente hipotético nas ciências que estudam a sociedade. Nessa visão, o devir humano depende da política, daí a impossibilidade lógica do estabelecimento de “leis” nas ciências sociais.⁶

5 A ressalva é importante, pois há interpretações acerca da *teoria social* de Marx que a tomam como uma *doutrina*, isto é, como um corpo de conhecimentos fechado e definitivo, que forneceria respostas a qualquer questão prática levantada, e há outras que a concebem como uma *ciência* em si, que na sua integralidade na apreensão da realidade social substituiria todas as ciências humanas “burguesas”.

6 Vale bem precisar esse ponto, pois alguns autores acatam a crítica da ideia de lei em ciências humanas exatamente para usar tal juízo na afirmação da indeterminação como princípio básico do movimento histórico. Nesse intuito, estendem a crítica a qualquer noção da existência da possibilidade de um ordenamento lógico da história, atacando o que seria uma “leitura teleológica” do fluir histórico. Contrapondo-se a tal visão, cabe bem diferenciar as ideias de *lei* e de *sentido*. A primeira é posta como uma determinação atemporal, logo a-histórica, que comandaria o movimento e a relação dos fenômenos em todas as suas manifestações, objetivando-os segundo uma ordem imutável e absoluta. Já a segunda ideia é definida sempre no *post festum* e em cada caso singular, buscando captar retrospectivamente uma racionalidade no encadeamento dos eventos, de modo a identificar um sentido no movimento analisado. Trata-se, assim, de noções bem diferentes, fundamentadas em distintos posicionamentos filosóficos. Por tanto, a crítica à ideia de lei não significa uma

Vários outros fundamentos filosóficos do método exposto na teoria social de Marx poderiam ser apontados para justificar a limitação de sua aplicabilidade ao universo das ciências humanas. De certo modo, eles podem ser sintetizados na aceitação de uma forma de objetividade específica no estudo desse universo, com seus parâmetros próprios de legitimação das teorias (em relação aos procedimentos de validação das ciências experimentais). Tal visão, além de referendar o mencionado limite, cria uma forte interdição para o exercício de transposições entre disciplinas dos dois domínios. Cabe reafirmar que, por diferentes caminhos filosóficos, todos os métodos que restringem seu alcance explicativo ao estudo da sociedade acatam os princípios da especificidade e da exclusividade epistemológicas em suas análises. Pode-se considerar mesmo que a grande batalha das ciências humanas no século XX foi para estabelecer tal diferença, banindo de seus enfoques as perspectivas e orientações naturalizantes.

Deslocando a discussão do plano metodológico para o dos campos disciplinares, onde geralmente se exercitam diferenciados métodos, destaca-se em face do tema tratado a situação bastante singular da geografia que, por peculiaridade de uma tradição ancestral na definição de seu horizonte de indagação, se concebe como uma “ciência ponte” que transita indistintamente entre os domínios das ciências naturais e sociais. Tal característica amiúde é invocada como elemento de legitimação desse campo disciplinar, que tem na discussão do “excepcionalismo” um de seus mais ricos episódios de explicitação metodológica (Hartshorne, 1978; Schaeffer, 1976). Na tradição de Humboldt e Hettner, a geografia – vista como a “ciência da diferenciação de áreas” – teria um caráter excepcional em face das demais ciências por trabalhar com sínteses (de complexidade crescente) de fenômenos e processos, e não com tópicos isolados cada vez mais especializados como é o padrão da maioria das disciplinas científicas. Enfim, a geografia, como um dos campos cujo estabelecimento precede a institucionalização da ciência moderna, revela-se um *locus* privilegiado para discutir os limites da transposição metodológica interdisciplinar.⁷

O quadro conceitual utilizado por essa disciplina ilustra bem este posicionamento, apresentando um grande número de conceitos que podem ser adjetivados por atributos naturais ou sociais, indistintamente. Os conceitos de espaço, paisagem e região servem como exemplificação, para ficar em três clássicos do campo disciplinar. Isso se explica em grande parte pelo fato de o projeto teórico moderno associado ao velho rótulo “geografia” – um dos mais antigos ainda em uso no panorama das ciências na atualidade – teve como influência básica a perspectiva enciclopédica humboldtiana, à qual se associou um enquadramento metodológico assentado na teoria social comteana, por meio da obra seminal de Friedrich Ratzel (Moraes, 1990). Esse berço de forte ênfase naturalista foi responsável não apenas pela existência de um segmento geográfico afeito ao campo das geociências (ou “ciências da Terra”), a *geografia física*, mas também pela difusão de uma ótica naturalizante nos estudos de *geografia humana*. E não se deve circunscrever tal influência apenas a escola do “determinismo geográfico”, sem dúvida

adesão necessária ao relativismo histórico radical.

7 Pode-se interpretar que o “drama epistemológico” desse campo disciplinar, sua indefinição de objeto, origina-se de um antagonismo entre objetivos e meios de realização de seu projeto teórico. Isto é, a geografia moderna (universitária, em termos mais específicos) busca realizar uma proposta de investigação desenhada segundo uma fundamentação filosófica dada pelo idealismo clássico alemão (em que os limites entre ciência e filosofia não estão bem assentados) utilizando os instrumentos metodológicos do positivismo empírico, que têm na referida separação um dos seus fundamentos básicos (Moraes, 1989a).

um exemplar resultado do naturalismo e do uso de transposições interdisciplinares, cabendo lembrar que nas formulações “possibilistas” da geografia lablacheana a disciplina permanece definida como a “ciência dos lugares” e não como uma ciência humana ou social.

A história dessa tradição disciplinar ao longo do século XX mostra um esforço significativo para acercar a geografia humana das demais ciências sociais, implicando numa crescente desnaturalização de seu enfoque e de seu próprio universo de investigação. Na evolução da escola possibilista francesa é possível estabelecer claramente uma sequência de teorizações nesse sentido: partindo da geografia regional lablacheana, Albert Demangeon diferencia o *meio natural* e o *meio geográfico*, este último sendo qualificado pela presença da “instalação humana”; Max Sorre, em seguida, diz que é preciso olhar a Terra como a “morada do homem”, centrando sua geografia no conceito de *habitat*; este orienta Maurice LeLannou a defini-la como a “ciência do homem habitante”; o qual é qualificado por Pierre George como um “produtor e consumidor”, o que faz da atividade econômica (e do modo de produção) a chave para compreender a “organização do espaço”, entendida por ele como objeto dessa ciência (Moraes; Escolar, 1989). Vê-se nesse itinerário a progressiva desnaturalização da análise geográfica, movimento teórico que se exprime claramente na adoção de uma visão cada vez mais socioeconômica do conceito de *região*, posta por muitos como a realidade empírica básica de interesse do campo disciplinar.

A partir de meados da década de 1970 começam a se multiplicar as críticas aos resquícios naturalistas ainda presentes na geografia humana, processo que avança consoante com o rompimento com o positivismo clássico e com a renovação metodológica vivenciada por este campo disciplinar nos anos seguintes. A introdução de métodos exclusivos das ciências humanas problematiza a tese majoritária da “unidade da geografia” e a visão correspondente da “ciência ponte”. Em algum momento do início da década de oitenta, tinha-se mesmo a impressão de que o rompimento entre as duas geografias (física e humana) era irreversível. Contudo, o avanço da perspectiva ambientalista neste momento veio recolocar a questão da relação entre os processos naturais e sociais e entre a sociedade e seu meio natural, dando novo alento às propostas integracionistas. Os estudos sobre o meio ambiente repunham uma temática que já não encontrava mais abrigo na abordagem regional tradicional.

É interessante assinalar que boa parte das novas proposições de unificação do campo geográfico originou-se, nesse momento, de autores dedicados ao estudo da geografia física, que expandem seus universos de pesquisa aproximando-se de alguns temas específicos da geografia humana.⁸ Grosso modo, pode-se considerar que a teoria dos sistemas é a referência metodológica mais adotada em tais propostas, autodenominadas “holísticas”, que rapidamente se encastelaram nas então recém-criadas instituições dedicadas ao planejamento ambiental (Ross, 1990). A abordagem holístico-sistêmica constitui uma variante do método ecológico, o

⁸ A postura de conceber a geografia física como fornecedora da caracterização do quadro natural no qual se desenvolvem as ações humanas foi hegemônica no debate disciplinar, notadamente na geografia francesa, tanto que Demartonne propõe sua obra clássica, *Géographie Physique*, como uma grande introdução ao trabalho de LaBlache. A abordagem regional tradicional também pressupunha esse entendimento, que subordinava a geografia física à humana. Todavia, nas últimas décadas do século passado, a preocupação com os desdobramentos das atividades humanas sobre os processos naturais levou a um alargamento do horizonte de pesquisa dos geógrafos dedicados ao estudo da natureza, que começaram a incluir cada vez mais em suas órbitas de investigação a análise de fenômenos sociais.

qual vê a tendência ao equilíbrio como o princípio estruturador de toda a realidade e que, portanto, não conhece limites em sua aplicação em vários campos disciplinares. Tal perspectiva, na verdade, tende a ver os limites entre as ciências como barreiras a um bom equacionamento da questão ambiental, expressando uma das mais enfáticas defesas metodológicas da multidisciplinaridade. O discurso trans-disciplinar propicia inclusive uma dispersão institucional dessa corrente que, respaldada em formas de legitimação pragmáticas, pouco se preocupou com a justificativa epistemológica de sua localização acadêmica (Moraes, 1994).

Esse esforço de retomada da tese da unidade geográfica vindo da geografia física vai conviver com a reflexão gerada na continuidade do processo de des-naturalização da geografia humana, estas claramente assentadas no domínio das ciências sociais. A convivência dessas múltiplas perspectivas anima o debate disciplinar contemporâneo, qualificando o campo da geografia atualmente como um rico alimentador da discussão sobre a questão ambiental, tanto no plano teórico quanto no empírico. Entretanto, tal situação não transforma de imediato o meio ambiente no objeto geográfico por excelência.

O posicionamento no debate acima mencionado já implica em opções metodológicas e na adesão a certos pressupostos teóricos específicos, pois, como exposto, as possibilidades de diálogo da geografia humana com a física e com outros campos disciplinares é inteiramente condicionada por limitações dessa ordem. Além disso, um balanço da história dessa tradição acadêmica mostra que o estudo de qualquer fenômeno passível de espacialização permite sua abordagem pela geografia e o estabelecimento de uma interlocução com a área do conhecimento que o investiga especializadamente (de forma sistemática). Por tanto, são muito mais os limites dados pela opção de método que se impõe na delimitação da abrangência do campo de investigação e interlocução de cada proposta. Assim, a definição das possibilidades de práticas interdisciplinares a partir desse campo disciplinar vai depender da orientação metodológica com a qual se opera. Logo, para continuar a argumentação faz-se necessário explicitar uma junção entre temário e método numa visão do objeto geográfico, não mais – é óbvio – como uma realidade fática, mas como um recorte analítico.

2 O campo da geografia humana: indicações metodológicas

O rótulo *geografia* é um dos mais antigos e difundidos na história do conhecimento ocidental, remontando à Antiguidade Clássica. Diferentes povos, em variadas épocas, utilizaram-no para nomear determinados conjuntos de conhecimentos e indagações geralmente referidos à superfície da Terra e à descrição dos lugares terrestres. Contudo, a forma de organização e tratamento destes conteúdos variou bastante ao longo da história impedindo que se trace uma linha de continuidade no estabelecimento do campo disciplinar. Seria mais correto falar em tradições ou linhagens acadêmicas que utilizaram a mesma denominação. Entre estas, destaca-se uma, de clara conformação na estrutura universitária atual e com uma vigência histórica bem demarcada, constituída pela *geografia moderna*, que busca organizar seu conteúdo segundo, os padrões e parâmetros da ciência moderna.⁹ Nesse sentido, podendo ser qualificada como mais um produto da modernidade.

⁹ Assim, apesar da ancestral continuidade do uso desse rótulo na cultura ocidental, os conteúdos que lhe foram atribuídos variaram muito, muitas vezes convivendo diferentes concepções da geografia numa mesma época e/ou numa mesma sociedade. Nesse sentido, o adjetivo “moderna” visa denominar um projeto teórico e uma tradição acadêmica específicos,

Os geógrafos atuais são os herdeiros contemporâneos dessa tradição, que lhes fornece um quadro conceitual, um acervo de teorias, e um conjunto de temas e questões que pode ser identificado como o universo da investigação geográfica. A organização e operacionalização desse temário objetivam-se pela aplicação de orientações metodológicas que selecionam, definem e articulam procedimentos para a análise dos fenômenos e processos ali presentes. Nesse sentido, cada método ao organizar o temário constrói teoricamente um objeto para o exercício de sua proposta de geografia. O positivismo, dominante por décadas nessa disciplina, tentou identificá-lo com um ente empírico: um objeto espacial real: a “superfície terrestre” ou a “região”.¹⁰ Para esta corrente metodológica o objeto geográfico seria uma realidade fática, um “fato” delimitável, localizável, divisível e classificável (Dolfus, 1972). Com o processo de renovação do campo disciplinar, no último quartel do século passado, em muitas formulações tal objeto se desmaterializa, tornando-se um ser heurístico, um recorte construído com o concurso da abstração, logo, não possuindo uma correspondência empírica imediata. Nessa visão renovada, pode-se considerar que o *espaço* emerge com objeto central em variadas propostas, substituindo a concepção empirista antes prevalecente.¹¹

Tal mudança no enfoque disciplinar, e fala-se aqui de uma postura que emerge em orientações guiadas por vários métodos, expressa nesse campo específico a sofisticação que conheceu o debate epistemológico nas últimas décadas. O empirismo simplório e as posturas contrárias ao debate teórico, apesar de ainda bastantes presentes, tem cada vez menos sucesso nas ciências humanas em geral e na reflexão geográfica em particular. Isso acarreta uma cobrança maior por explicitações metodológicas mais detalhadas no processo de legitimação de suas teorias. Se o objeto é um recorte efetuado pelo sujeito, cabe de início bem justificar sua pertinência e coerência face aos seus próprios pressupostos. Um *strip-tease* teórico e metodológico se impõe com ênfase.

Em primeiro lugar vale salientar que a adesão a determinados preceitos metodológicos é um processo complexo que envolve elementos de empatia e inter-subjetividade. Ninguém adere a um método só por um percurso teórico, apesar disso tal aprendizado é condição necessária do processo de adesão. Ninguém adota um método só por um apelo ético pessoal, porém tal motivação também vai estar presente na escolha efetuada. Mentalidade, *ethos*, ideologia,

datado historicamente e com uma linguagem própria. Trata-se da proposta sistematizada por Humboldt e Ritter no início do século XIX, que institucionaliza e se torna hegemônica, acabando por monopolizar o entendimento que se tem dessa disciplina na atualidade. O adjetivo empregado busca reforçar a datação histórica: trata-se da geografia da época moderna, que tem seu conteúdo elaborado e ordenado dentro das normas e especificações do conhecimento erudito moderno (Moraes, 1989a).

- 10 Dentro dessa concepção, uma primeira proposição vai identificá-lo como a *superfície da Terra*, o que abre para uma grande discussão sobre sua exata denominação, que resulta em conceitos como *crosta terrestre e biosfera*, entre outros. Numa versão mais específica, o objeto é identificado como as *paisagens* terrestres, cuja composição e funcionamento constituiriam o campo de investigação da geografia. Finalmente, a *região*, vista como uma realidade existente de forma objetiva e independente da consciência do pesquisador, ocupa o papel de fato básico de interesse da análise geográfica.
- 11 Contudo, a imaterialidade do espaço não é acatada por todas as orientações atuais que o qualificam como objeto geográfico, algumas mantendo forte viés empirista. Porém os esforços mais interessantes tentam defini-lo como um conceito articulador entre as dimensões empírica e heurística. Para Milton Santos, o espaço é ao mesmo tempo um “fato”, no sentido de que existe materialmente, um “fator”, que interfere nos processos sociais, e uma “instância”, na medida em que posso analisar a sociedade pelo seu espaço (Santos, 1980). David Harvey defende que o espaço tem simultaneamente uma dimensão “absoluta”, dada pela materialidade dos lugares, outra dimensão “relativa”, pois os lugares se relacionam, e uma dimensão “relacional”, na medida em que neles ocorrem relações sociais (Harvey, 1979).

vivências individuais, conhecimentos formais adquiridos, tudo se combina na seleção dos fundamentos da “forma de ver o mundo”. E, como visto, cada vez mais está difícil catalogar a pluralidade das composições e sistemas resultantes dessa montagem com a alusão a apenas uma grande matriz teórico-filosófica. Em outras palavras, está sendo cada vez mais difícil nomear com poucas e amplas denominações as variadas orientações metodológicas praticadas nas ciências humanas contemporâneas.

Nesse sentido, muito mais importante que uma localização ou denominação formal e genérica é a exposição comentada dos posicionamentos filosóficos e analíticos básicos adotados e suas justificativas. Isso não significa uma aceitação da “noite escura do relativismo, onde todos os gatos são pardos”, o que redundaria em acatar as posturas ecléticas ou pós-metodológicas criticadas anteriormente. Ao contrário, se defende que é possível estabelecer filiações e inspirações teóricas predominantes ou estruturantes da orientação assumida, assim como também é possível (e desejável) avaliar a compatibilidade e a coerência dos componentes e influências secundárias em relação a este eixo principal. Apenas o que se salienta é que, frente à demanda atual de explicitação, seria muito vago buscar legitimar-se apenas pela alusão a uma referência metodológica genérica.

A denominação “marxismo”, por exemplo, recobre hoje um vasto universo de reflexões distribuídas por distintos campos disciplinares, onde convivem proposições contrastantes e mesmo antagônicas, em si mesmas passíveis de serem identificadas e agrupadas em filiações próprias. Correntemente se fala em “leninismo”, em “trotskismo”, em “lukacsianos” e “gramscianos” ou em “althusserianos”, o que bem revela a existência de sub-tradições já assentadas no campo metodológico inspirado pela teoria social de Marx. Em termos genéricos, o presente estudo trafega pelo amplo agrupamento que podemos denominar de “marxismo ocidental”, de corte mais acadêmico e sistemático, onde tal método conheceu seus maiores avanços teóricos nas últimas décadas (Anderson, P., 1984). Entretanto, algumas outras influências metodológicas poderão ser detectadas na argumentação desenvolvida (em parágrafos anteriores, por exemplo, os conceitos weberianos de “ethos” e de “intersubjetividade” foram utilizados de forma positiva), que se abre para uma bibliografia recente e variada. Leituras interessadas de Bourdieu, Foucault, Bhabha, por exemplo, para ficar no campo dos estruturalistas, ilustram o universo bibliográfico consultado. A coerência e pertinência de tais influências ou incorporações poderão ser aferidas pelo leitor ao longo do texto.

Tendo em vista o eixo central deste texto – o tema dos fundamentos metodológicos em geografia humana – deve-se começar a construção buscada pelo posicionamento assumido em face da questão da própria possibilidade de distinguir campos autônomos do conhecimento na análise da vida social. Tal questão se impõe de imediato, pois existem perspectivas no campo marxista que não aceitam a vigência dessa possibilidade. Acata-se aqui uma resposta afirmativa quanto à matéria, a única logicamente possível no esforço de explicitar um posicionamento no campo específico da geografia. O equívoco dos autores que adotam a postura contrária parece residir num mau entendimento da categoria *totalidade*, que é enfocada não como um recurso interpretativo, mas numa visão empirista, como um objeto do mundo sensível. Ou melhor, como um super objeto, que recobriria toda a realidade social, a qual poderia ser abor-

dada de forma integral e passível de explicada por tal síntese analítica, dispensando qualquer detalhamento no estudo da sociedade. O caráter pueril dessa visão, em termos gnosiológicos, é bastante evidente, com seu afã enciclopédico contrapondo-se a todo desenvolvimento teórico dos numerosos campos disciplinares das ciências humanas na atualidade.¹²

Aqui se trabalha com a ideia lukacsiana de uma *visão totalizadora*, que busca relacionar processos e articular fenômenos na teia densa e complexa do movimento histórico das sociedades. Os modos de penetrar nessa teia são múltiplos e não exclusivos quando iluminados por tal enfoque relacional, o qual permite buscar o “todo” (como essência do movimento) por meio de variados percursos de investigação empírica. Nesse sentido, não há um início analítico obrigatório nem um percurso único para o entendimento da vida social, sequer um roteiro comum para a abordagem de todos os processos sociais. O que a orientação de método pode oferecer previamente são princípios, preceitos e procedimentos de análise, como, por exemplo, o próprio uso da visão totalizadora em oposição a uma perspectiva taxonômica que isola os fenômenos ao tentar explicá-los. A totalidade é, por tanto, um enfoque e um instrumento de pesquisa, e não um objeto empírico.

A aceitação da multiplicidade de dimensões da vida social e da história humana não significa, contudo, considerar que qualquer recorte analítico é legítimo e cabível. Georg Lukács avançou bastante na explicitação de tal matéria ao teorizar sobre o critério do *corte ontológico* (Kofler et al., 1969), aquele que não mutila a unidade e identidade presente nos objetos do mundo real. Para o filósofo húngaro, é possível analisar separadamente cada ser dotado de especificidade em sua existência, isto é, os recortes analíticos devem acompanhar a integridade dos processos sendo lícito estudar com especificidade as coisas que em sua manifestação empírica revelem uma grande identidade, o que, em si, expressa uma relativa autonomia fenomênica. Esse equacionamento é de central importância pois indica à geografia a necessidade de identificar com clareza o conjunto de processos cuja discussão constituirá seu campo próprio – porém não exclusivo – de investigação.

Nesse entendimento, os campos disciplinares devem exprimir visões angulares da realidade social, isto é, representam caminhos diferenciados no deslindamento do movimento das sociedades, os quais – a partir da investigação de fenômenos e processos específicos – devem conseguir iluminar relações e mediações que formam parte da tessitura do fluir histórico, em outras palavras, que abordam elementos peculiares da totalidade movente. Assim, o estudo de aspectos bem particulares de uma sociedade pode, através de uma apreensão totalizante, captar determinações básicas daquela formação social. Sabe-se que os diferentes processos sociais se determinam reciprocamente e que só a custa de um grande reducionismo se pode hierarquizá-los de forma absoluta nesse jogo de sobre-determinações mútuas. Em suma, também não cabe na visão proposta adotar uma hierarquização das distintas ciências humanas, pois cada uma deve iluminar a compreensão de diferentes processos e fenômenos, fornecendo indicações para interpretar o movimento da totalidade social, que nunca se esgota.

¹² Basta apontar o uso do marxismo em diferentes campos disciplinares, com as contribuições de Hobsbawm ou Thompson na história, de Godelier na antropologia, de Sraffa ou Kalecki na economia, de Bakhtin na teoria literária, de Castels ou Lojkin no urbanismo, entre outros. A própria incorporação sistemática desse método na geografia serve como exemplificação (Harvey, 1990; 2007).

Os procedimentos analíticos que acompanham essa orientação são a *abstração* e a *concreção*. No movimento preliminar de abstração, formaliza-se o mundo sensível estabelecendo recortes e isolando processos e fenômenos. Isso permite que se fale em cidade, metrópole, território, cultura ou capitalismo, sem especificação histórica ou geográfica. Ou seja, possibilita a construção de *universais abstratos* que servem para denominar qualquer manifestação empírica do fenômeno ou processo assim isolado. Tal etapa é necessária para a identificação da peculiaridade do objeto para o desvendamento de sua estrutura e de seus componentes genéricos, para a apreensão de sua dinâmica própria. A isso se chega abstraindo-se exatamente das conexões e redes causais que envolvem os processos e fenômenos concretos, ignorando sua temporalidade e espacialidade.

A concreção é um procedimento posterior de reinserção das relações, de estabelecimento de nexos, de retomada dos condicionantes históricos e geográficos, de articulação das mediações ignoradas no procedimento anterior. É o trânsito da universalidade abstrata para a singularidade concreta, e esta passagem se dá por meio da *particularidade*, entendida como um “campo de mediações” (Lukács, 1970). Nesse sentido, concretar é particularizar os universais abstratos, adicionando-lhes singularidades espaciais e temporais, localizando-os – por meio de relações e mediações – em termos históricos e geográficos. Particularizar é, por tanto, historicizar e também espacializar. O ato da concreção consiste, enfim, numa agregação de dimensões da realidade na particularização de uma situação concreta, logo singular. Caberia aos campos disciplinares, como enfoque angular, a investigação acerca das características específicas de cada uma dessas dimensões, propósito só realizável num plano de alta abstração.

A avaliação do temário geográfico demonstra que essa disciplina, por diferentes abordagens, encontra-se sempre as voltas com a problemática do espaço, tomada mesmo em muitos enfoques como seu objetivo precípua e/ou exclusivo. Nesse sentido, mesmo sem compartilhar da visão do espaço como objeto e da pretensão de exclusividade no seu estudo, pode-se, numa aproximação inicial, dizer que o campo da geografia se inscreve entre as reflexões das ciências humanas que abordam a *dimensão espacial* da totalidade. Na óptica positivista, imperante por décadas nesse campo, tal dimensão foi confundida com a sua manifestação empírica imediata, gerando a difundida visão de que “a geografia é o estudo da superfície da Terra”. Desde Humboldt, pelo menos, seu horizonte de investigação seria recortado pela qualidade telúrica dos fenômenos e processos.

Vale mencionar que o recorte acima exposto não ajudou muito a especificação de uma área autônoma de pesquisa, na medida em que a qualidade indicada para circunscrevê-la era muito abrangente e disseminada. Isso levou o conhecimento geográfico a uma perspectiva ao mesmo tempo pretensiosa e superficial que se expressou na perpetuação do problema da identificação de um objeto próprio. A visão empírico-naturalista de concebê-lo como *superfície terrestre* foi sendo gradativamente substituída – no trânsito do positivismo clássico para o positivismo lógico – pela visão formalista-coisificada (Kosik, 1975) que define seu objeto como diretamente o *espaço*, hoje majoritária.

Cabe assinalar a polêmica no entendimento dessa categoria já no plano da reflexão filosófica, onde espaço ora aparece como uma forma de ver os fenômenos (Kant), ora como suporte para a manifestação destes (Newton), ora como um fenômeno em si (Liebniz). Na

perspectiva de seu uso na geografia é, geralmente, a segunda concepção a prevalente, com a hegemonia da ideia newtoniana de “espaço conteúdo”. Daí a disseminação nesse campo da também epistemologicamente vaga noção de *lugar* e, associada a ela, o argumento de que “para a geografia o espaço é o lugar onde ocorrem os fenômenos”. Tal entendimento se expressa em diferentes conceitos, conforme o autor enfocado: paisagem, meio, hábitat, região etc.; todos reiterando essa concepção reificada do objeto. Ele também sustenta o amplo uso de adjetivações quando se tenta utilizar o espaço como uma categoria analítica, temos, então: espaço terrestre, natural, social, vivido, produzido, de reações, de consumo, cotidiano, entre outras (Silva, 1982).

A coisificação do espaço fica plenamente evidente naquelas teorizações que dotam os lugares de uma capacidade de causa, tornando-os agentes ativos da vida social. Este ponto é central na argumentação assumida: o problema básico de tomar o espaço como objeto é que tal posição coloca a necessidade de não apreendê-lo como simples esfera reativa a processos que lhe são ontologicamente externos, posição que limitaria bastante o poder explicativo da geografia. Isso ainda anima a ideia de dotá-lo de um dinamismo intrínseco, isto é, tornando-o um agente causal sobre sua própria manifestação e (nas formulações mais radicais) da própria vida social. Nessa operação, o espaço – alçado à condição de objeto – passa ao centro da abordagem, logo necessitando ser o elemento estruturante dos demais aspectos considerados na análise, o que redundaria em tomá-lo como fonte de movimento e do dinamismo presente no universo investigado, o que resulta em sua fetichização.

Nas proposições mais radicalizadas o espaço se torna mesmo um sujeito dos processos históricos, como se os lugares possuíssem consciência e vontade para impulsionar ações. Desse modo, ele passa a ser tratado não apenas como uma “coisa”, mas como uma coisa viva e ativa que condiciona ou determina processos e fenômenos. Nem mesmo as teorias que tentam dar um tratamento dialético a essa questão parecem conseguir se desvencilhar dos vícios de origem inerentes a essa visão fetichizada do espaço (Santos, 1996). Algumas formulações chegam a conceituar a ideia de *processos espaciais*, por meio da qual se reitera a visão do espaço como objeto da geografia. É interessante assinalar que o entendimento criticado conhece um retorno cíclico na história desse campo disciplinar, variando apenas o substantivo que antecede a adjetivação, por exemplo: ordem espacial, arranjo espacial, formação espacial, padrão espacial etc. Todos esses enunciados podem também ser acrescidos da qualificação “social” (comumente pelo prefixo “socio”), que cumpre no caso a função de resguardar a proposição da crítica ao descaso para com a dinâmica específica da sociedade. Contudo a espacialidade da vida social não pode ser confundida com uma ontologia do espaço.

Novamente as indicações metodológicas podem vir em socorro, fornecendo balizamentos acerca das qualidades que o objeto deve contemplar. Desnecessário repetir que estas diferem conforme o método adotado. No posicionamento aqui assumido, o espaço não poderia ser alçado a esse *status* ontológico por várias vezes, algumas já expostas e outras que serão comentadas a seguir. Entre as mencionadas cabe lembrar que a concepção exposta a respeito da dialética vai defini-la como uma lógica que apreende movimentos impulsionados por sujeitos conscientes e por ações teleológicas, condição a qual o espaço definitivamente não

se encontra habilitado. O espaço não é sujeito, logo, de imediato pode-se dizer que não existe uma “dialética do espaço” diretamente (em si), do mesmo modo que não há uma “dialética da natureza”, como visto anteriormente.

Ainda rememorando os pontos já discutidos, retoma-se o tema da localização da geografia no rol das ciências e a postura (determinada pela orientação de método) de apreendê-la como uma ciência da sociedade, entendimento que também obstaculiza a visão do espaço como objeto da disciplina. A condição de ciência humana, de imediato, complica o uso do caráter telúrico como qualificador básico dos fenômenos “geográficos”, pois tal característica qualifica um grande número de processos claramente alocados no universo de investigação das ciências naturais. A tese da unidade disciplinar só se sustenta com o apelo a denominações híbridas como “ciência da Terra” ou “ciência dos lugares”, utilizadas amiúde pelos geógrafos e de difícil inclusão nas classificações científicas mais usuais. Tampouco o “espaço”, sem uma adjetivação que o relacione diretamente com a vida social, se habilita a constituir o objeto de uma ciência humana.

Neste ponto da argumentação é difícil fugir de uma tautologia: as ciências sociais (ciências humanas, numa denominação mais ampla) estudam fenômenos e processos sociais. Logo, o objeto de qualquer campo disciplinar que se localize nesse domínio deverá obedecer a esse requisito, e a posição metodológica assumida (como visto) obriga essa localização. Por tanto, o recorte a ser aqui buscado para a geografia humana estará circunscrito ao universo da vida social, sendo uma manifestação da sociedade. Adiantando mais: deverá ser mais um *processo social* universal, com identidade (isto é, com certa autonomia) em suas manifestações empíricas, conforme demandam a abstração e o corte ontológico. É expressar uma dimensão da realidade social (a espacial, no caso), conforme requer a concreção a afinidade com o temário clássico da geografia. Tal equacionamento deriva de orientações de método já explicitadas.

Numa formulação ainda aproximativa, poder-se-ia dizer que a geografia humana deveria estudar a *espacialidade* da vida social, entendendo-a como uma mediação particularizadora na compreensão da história de uma sociedade concreta. No processo de concreção, uma das vias de encaminhamento da análise da universalidade abstrata para a singularidade (o concreto) é a que investiga a manifestação espacial do fenômeno estudado, a começar de sua delimitação ou abrangência no espaço. Nesse sentido, a localização vai atuar como mediação, particularizando o objeto ou processo enfocado num espaço delimitado, limitando-o a lugares e a porções da superfície terrestre. A espacialidade (como dimensão) pode ser tomada em diferentes níveis de abrangência, e a espacialização (como procedimento analítico) pode ser praticada de forma progressiva, seja em termos de detalhamento escalar e das interações entre as escalas, seja no que importa à história de lugares cada vez mais singularizados. No limite chega-se a unicidade da localidade, o lugar singular visto como componente de processos também únicos. Nessa concepção, espacializar é particularizar e historicizar, no sentido de localizar o objeto analisado não apenas temporalmente, mas espacialmente. Tem-se, então, a geografia como uma visão angular da história, dedicada ao desligamento de uma dimensão específica dos processos históricos: a dimensão espacial.

A aceitação da existência de uma dimensão espacial no movimento histórico não equivale a retomar a ideia do espaço como objeto (ou, pior, como sujeito) da geografia, pois tal dimensão é vista como impulsionada (como todo processo histórico) pelas relações entabula-

das pelos seres humanos reais (singulares) em sua vida cotidiana. Nesse sentido, não se trata de colocar o espaço no centro de interesse da investigação, mas de centrar o foco de análise nas *relações sociais referidas ao espaço* (Santos, 1979). Posto em outras palavras: caberia, de início, identificar os processos sociais pelos quais as sociedades se relacionam com a superfície terrestre e conferir se tais processos cumprem os requisitos metodológicos apontados anteriormente. Isso é essencial para a legitimação da proposta apresentada.

Cabe observar que a proposição exposta não colide com a concepção newtoniana de espaço usualmente empregada pela geografia, porém, em certo sentido, vai banalizá-la ao deslocar o foco de argumentação da categoria espaço, transferindo-o para a própria sociedade. Tal deslocamento, que minimiza bastante a importância dedicada à categoria na argumentação, permite que se reincorpore a própria noção de “superfície terrestre”, definida como um espaço material e banal. Enfim, não é atribuído de imediato ao espaço, na presente proposta, nada além de suas características físicas: extensão, inércia e capacidade de suporte para fenômenos e processos. Tomado como superfície terrestre, o espaço banal se naturaliza e humaniza. O interesse da análise, contudo, está centrado nos processos pelos quais os organizam. E estes são processos internos à vida social, explicáveis ao domínio da sociedade. Vale aclarar: não se trata de processos espaciais, mas de processos sociais em si.

Nesse sentido, deve-se ter cautela ao definir a relação sociedade/espaço como objeto geográfico, pois tal enunciado sugere uma associação entre duas partes que se determinam reciprocamente, e que, portanto, entram com o mesmo peso na relação. E não se trata disso no caso, na medida em que o dinamismo que impulsiona o relacionamento de um grupo humano com um dado meio está totalmente localizado no âmbito do grupo, na verdade são os contatos entabulados entre seus membros que definem a forma de relacionamento de todos e de cada um com o espaço em que vivem. Assim, a relação sociedade/espaço é em si mesma entendida como uma relação social. A noção de *espaço banal* procura deixar bem evidente esse entendimento, ao avaliá-lo como um suporte que se qualifica pelo seu uso social e que se re-qualifica quando esse uso se altera. Aqui vai se trabalhar com a visão restrita que circunscreve apenas o que Milton Santos concebe como materialidade do espaço, a faceta que ele define como um “sistema de objetos” (Santos, 1996), deixando o “sistema de ações” fora da definição do espaço, como um domínio intrínseco do ser social. A nosso ver, as ações se objetivam no plano exclusivo da intencionalidade humana, sendo emanções da sociedade e dos sujeitos (individuais e coletivos) que a compõem. O espaço, nesse entendimento, é tomado como matéria que se qualifica pelo uso social a cada momento. Em suma, acata-se totalmente o seguinte juízo: “o que faz de uma região da Terra um território de caça é o fato de uma tribo ali caçar” (Marx, 1975).

Os mesmos argumentos são válidos no que diz respeito à relação da sociedade com a “natureza”, aqui diferenciada da relação sociedade/espaço (esta de maior abrangência). Os objetos e processos naturais especializáveis interessam à proposta em tela como condições e recursos incorporados ou incorporáveis pela dinâmica da sociedade. Assim, é apenas como uma “natureza para o homem” que os elementos naturais da superfície terrestre passam a constar da pauta da presente reflexão. A dinâmica natural estará, nessa visão, sempre subordinada às determinações de seu uso humano, o que destaca a questão das técnicas, como bem

pontuam Sorre (1952) e Santos (1984), entre outros. A natureza nesse sentido é enfocada como material para um movimento que lhe é externo, isto é, como objeto de manipulação de processos integralmente sociais, que lhe atribuem sentido e valor.

Assim, a natureza e o espaço são deslocados (em relação às abordagens tradicionais da reflexão geográfica) para um plano reativo, numa proposição que localiza a geografia humana no domínio exclusivo das ciências da sociedade. São os processos sociais direcionados à apropriação e organização da superfície da terra que devem ser identificados e investigados em suas dinâmicas próprias, como parte que são do desenrolar da história humana. Cabe assinalar que nenhum grupo social é capaz de se reproduzir sem estabelecer relações com o meio que o abriga, o que torna tal classe de processos universal, no sentido de que não existem sociedades não espaciais (se bem que existam sociedades não territorializadas). Enfim, a reprodução social demanda relacionamentos com o espaço e a natureza.

Ao mesmo em tempo que é *universal*, no sentido em que está presente em qualquer época e em qualquer lugar, a relação da sociedade com o espaço é também *histórica*, na medida em que sofre as determinações e condicionamentos do período e da cultura em que se manifesta. Isto é, só num plano de alta abstração é possível falar dessa relação sem especificar sua localização histórica, a qual vai objetivá-la em cada situação singular, dotando-a das características daquela época. O modo pelo qual um grupo social organiza seu meio geográfico constitui parte da totalidade de sua vida social, sendo assim regido pela lógica e pelas formas de sociabilidade imperantes, o que propicia que os processos de relacionamento da sociedade com o espaço possam ser tipificados temporalmente, segundo uma referência temporal estabelecida. Isso permite considerar, por exemplo, a existência de uma espacialidade capitalista ou de outra própria da vida feudal, tomando no caso o *modo de produção* como categoria de macroperiodização da história.

A aceitação dessa determinação temporal genérica na relação sociedade/espaço não implica uma adesão à tese de que a compreensão da lógica de reprodução que preside a organização social de uma época explica *per se* tal relacionamento. Há uma mecânica própria a tais processos que deve ser deslindada no plano de sua universalidade abstrata, a qual é necessária ser enunciada para, então, receber a roupagem histórico-particularizadora (já no procedimento da concreção, que permite interpretar as suas manifestações singulares-concretas). Em outras palavras, tais processos específicos não podem ter seu entendimento desdobrado de outros ou explicáveis por um movimento que lhes seja exterior. Urge, portanto, construir uma explicação “geográfica”. Tal imperativo advém inicialmente de uma razão de ordem ontológica bem conhecida dos geógrafos: a diversidade da superfície terrestre.

Provavelmente, se a superfície da terra fosse um espaço isomórfico e homogêneo, a explicação geográfica perderia muito de sua efetividade, pois a repetibilidade na manifestação dos processos aí ocorrentes seria elevada (ou mesmo total), permitindo um alto grau de formalização e previsão de suas manifestações e movimento. Todavia, não é o que ocorre na realidade, com o espaço terrestre conhecendo grande diversidade e variedade. Por isso, a unicidade dos lugares singulares se impõe como qualificativo diferenciador para seus usos sociais. Cabe lembrar que os lugares variam não apenas em função das características naturais presentes, mas também pelas intervenções humanas neles realizadas e pelas relações com seus entornos

e com outros lugares. Tais diferenças corográficas e situacionais interagem com os processos sociais referentes ao uso e ordenamento espacial, fazendo com que a mesma lógica societária objetive arranjos específicos que respondam às singularidades locais.

Logo, a relação sociedade/espço não pode ter sua explicação remetida apenas às determinações sociais genéricas prevalentes numa época, pois estas necessitam reagir a diferentes situações espaciais, gerando novas particularidades. Em outros termos, gerando mediações espaciais que particularizam os fenômenos e processos que no seu âmbito se manifestem, dando-lhes uma peculiaridade pela localização, um condicionante local. Em suma, é essa mediação das condições espaciais, ao influenciar os processos sociais, que justificaria a existência da geografia como campo disciplinar autônomo, dedicado exatamente ao seu deslindamento sistemático. Cabe enfatizar que a aceitação do fato de o espaço poder influir no curso das relações sociais não significa que tal dimensão possa determiná-las; ela atua em suas alocações e localizações. Nesse sentido, as condições espaciais devem ser vistas como obstáculos ou estímulos aos processos sociais e, em situações muito especiais, como condicionantes locacionais absolutos de certas atividades humanas.

É isso que justifica a realização de um corte ontológico “isolando” a espacialidade da vida social para que tais mediações possam ser examinadas de modo abstrato e esclarecidas em sua mecânica intrínseca. Cabe à geografia, de imediato, desvendar essa classe de mediações, o que equivale a equacionar o movimento próprio da relação sociedade/espço em sua universalidade.

3 Valorização do espaço e formação territorial

Vale, antes de tudo, sintetizar os posicionamentos assumidos até aqui para compor o patamar teórico-metodológico que sustenta a preposição exposta. Partimos de uma tradição em ciências humanas que concebe a totalidade espacial não como uma representação exaustiva que engloba todo o conhecimento existente sobre a sociedade (um macro-objeto) nem como uma síntese de sua suposta “essência”, mas que vai equacioná-la fundamentalmente como um peculiar recurso de método: um modo associativo de pensar o mundo, que busca estabelecer relações e conexões entre os fenômenos analisados. Quando se entende que essa visão totalizadora opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise, em outras palavras, por meio de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contidas nos objetos tratados, pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, visão que fundamenta as abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas. Nestas, a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho de sua apreensão como parte movente (e só como movimento passível de ser explicada) do real.

Tal entendimento leva a que se tome a particularidade como um campo de mediações múltiplas, o que implica na possibilidade lógica da existência de variadas formas de abordar o movimento da história. Com esses equacionamentos, a questão da variedade das perspectivas disciplinares fica mais esclarecida, pois conforme se despe o estudo de pressupostos causais únicos, maior se apresenta a multiplicidade ontológica do real e, conseqüentemente, o número de mediações existentes em seu movimento. Mais clara fica também a qualidade básica desta visão totalizadora: buscar a explicação dos fenômenos ou processos específicos, sem isolá-los.

Isto remete a apreensões angulares de uma realidade dinâmica, justificando recortes analíticos que não esgotam (ao contrário, ampliam) a temática tratada, ao mesmo tempo em que contribuem para a explicitação teórica da teia de mediações responsável por seu movimento.

Essa concepção fundamenta a possibilidade da existência (em moldes não positivistas) de diferentes campos disciplinares, formalizados nas definições de objeto das distintas ciências, cada um sendo construído segundo pressupostos metodológicos previamente assumidos. Nesse sentido, é possível legitimar abordagens próprias do campo geográfico, e é o desenho genérico do objeto de reflexão e análise de uma perspectiva própria dentro desse campo disciplinar que se busca expor nos parágrafos seguintes. Tendo claro que o exercício aqui explicitado constitui *uma* proposta de entendimento do campo da geografia humana, não exigindo exclusividade ontológica nem esgotando suas possibilidades teóricas. Assume-se a existência de uma pluralidade de visões diferenciadas convivendo numa disciplina como expressão do rigor e relevância de seu universo de indagações, cuja centralidade atrai a atenção de distintos enfoques metodológicos, os quais visam mostrar sua eficácia no equacionamento daquele temário específico. Portanto, a diversidade de orientações num dado campo é um sinal positivo que em si impulsiona o refinamento da pesquisa em qualquer ciência.

Aqui assumimos o entendimento da geografia humana como uma ciência social que tem por objeto o processo universal da apropriação dos meios naturais terrestres e de construção de espaços pelas diversas sociedades no decorrer da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, que ele se manifesta na realidade com determinações específicas, atuando, por isso, como um elemento particularizador na elaboração do conhecimento acerca da sociedade, constituindo em si mesmo uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo esse movimento um resultado exclusivo do trabalho humano e apreendendo o trabalho como um ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser: *processo de valorização do espaço* (Moraes; Costa, 1984).

Toda a sociedade para se reproduzir cria formas mais ou menos duráveis na superfície terrestre, daí decorre a condição *universal* do processo acima definido. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói e que respondem funcionalmente a uma sociedade vigente, a qual regula o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo do processo *social*, impulsionado pelas ações e decisões emanadas do movimento da sociedade. Tais formas, que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo, substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas. Enfim, a vivência social do espaço cria “rugosidades” que duram mais que os estímulos e objetivos que lhes deram origem (Santos, 1978). Tal característica fundamenta a condição de processo *mediador*, que retroage na interação com outros processos sociais na medida em que, a cada momento, a sociedade tem de responder e reagir a diferentes quadros espaciais, o que faz das características de cada lugar um elemento a ser considerado na explicação das próprias ações sociais. Tem-se, portanto, espaços produzidos herdados, constituídos cada um (conforme a escala considerada) de formas pretéritas concentrados pontualmente na superfície da terra e por uma dinâmica natural, fatores que condicionam continuamente o uso dos lugares a cada conjuntura histórica considerada.

Esse equacionamento teórico abre possibilidades analíticas para o estudo da dimensão geográfica na interpretação da história humana. Nessa perspectiva “angular” concebe-se o movimento histórico como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação da superfície do planeta, o que resulta numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre. Tem-se que relações cada vez mais complexas são entabuladas ao longo da história entre os grupos sociais e espaços que os abrigam. Num plano ainda de alta abstração, pode-se equacionar o processo geral de valorização do espaço sendo desdobrado em alguns processos mais específicos (ainda bem genéricos e abstratos) que exprimem distintos modos de relação entre sociedade e seu suporte espacial/ambiental.

Do ponto de vista lógico e histórico, a relação mais elementar existente seria a *apropriação dos meios naturais* pelas comunidades humanas, num quadro em que a superfície terrestre aparece para os habitantes como um celeiro de meios de subsistência e trabalho. A Terra em sua naturalidade como “corpo externo” dos seres humanos, com o qual estes necessitam entabular trocas para garantir sua reprodução como espécie. Tais trocas já implicam na *transformação* dos meios naturais, relação que se estabelece a partir de um determinado grau de intervenção humana nas paisagens terrestres e que coloca novas qualidades na relação enfocada, como as originadas pela agricultura que, através do solo agrícola, mobiliza a terra diretamente como um meio de produção. Com a agricultura desenvolve-se a *fixação* humana em lugares do espaço terrestre. Então, a essas relações pioneiras, agrega-se o processo constante e recorrente de *reapropriação dos meios transformados*, onde as sociedades se veem envolvidas com espaços já qualificados como “segunda natureza”, isto é, com meios naturais não originários, lugares já socializados, que contêm a marca de trabalhos pretéritos.

Nos universos de análise comentados, a relação da sociedade com o espaço se confunde com um relacionamento com a natureza (seja a original, seja a já transformada), todavia os seres humanos constroem ambientes artificiais, cuja naturalidade limita-se à origem dos materiais empregados na construção. Tal fato expressa o processo de *produção do espaço* (estrito senso), o qual nomeia a criação de formas eminentemente humanas, e que se tornam qualidades dos lugares que as abrigam. A durabilidade no tempo de uma forma construída repousa em muito na quantidade de valor nela agregada, ou seja, na quantidade de trabalho despendido em sua construção. A perspectiva de duração das obras criadas aumenta com o progressivo sedentarismo das populações, atuando na fixação do valor e permitindo gradativos processos de *acumulação in situ*. Cabe lembrar que, cada vez mais, os lugares são qualificados socialmente pelas suas heranças em termos de espaços construídos, ao contrário do passado quando as condições naturais prevaleciam na definição das “vocações locais”.

Vale salientar o uso mais restrito dado ao termo “produção do espaço”, aqui circunscrito à criação de formas não naturais na superfície terrestre. Trata-se da construção de espaços artificiais no sentido de sua elaboração, que nunca teriam sido criados por processos da natureza e cuja única naturalidade reside na matéria-prima de que são feitos. Pode-se considerar, portanto, que é um determinado grau de intervenção humana sobre um lugar que torna, mais que uma segunda natureza (um espaço transformado), um espaço produzido (estrito senso), isso é, um espaço de origem social dotado de formas materiais criadas pela sociedade. É um adensamento de tais formas que distingue o meio rural do meio urbano, e

é também sua quantidade acumulada que vai definir a hierarquia do fato urbano, da aldeia à metrópole. Em suam, entende-se a produção do espaço como um processo específico de valorização do espaço.

Uma última relação a ser listada nesse plano de alta abstração, ou de ampla universalidade histórica, diz respeito à *apropriação do espaço produzido*, o qual implica na constante re-vivência das formas herdadas, atribuindo-lhes uma funcionalidade em face da organização social vigente. Como bem aponta Milton Santos, as formas espaciais são sempre apropriadas segundo uma funcionalidade do presente histórico. Ao durar mais do que o processo (e a função) que a gerou, uma dada construção aparece frente a um novo processo como um recurso local, uma qualidade do lugar que pode ser re-apropriada por um uso social (novo ou reiterado) que requalifica. Esse processo, assim como o anterior, recobre aquele relacionamento entre os grupos sociais e o espaço que não pode mais ser equacionado como uma relação entre a sociedade e a natureza. Tratam-se agora de espaços não naturais, objetos de origem humana cuja lógica de geração obedece a preceitos próprios da vida social, a qual constitui em si um tema central da investigação geográfica.

Apropriação, transformação, perenização, produção, reapropriação: características essenciais da geografia proposta. Captar o movimento interno da valorização do espaço, entendendo a lógica que presidiu a execução das construções e dos arranjos locais, seria seu objetivo primeiro. O outro seria apreender os condicionamentos do resultado de tal processo em diferentes momentos, isto é, as influências da estruturação do espaço transformado e produzido com que se defronta uma sociedade numa dada conjuntura histórica. Essa segunda meta subordina-se claramente à primeira, em virtude da filiação à perspectiva metodológica assumida, para qual o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou. Em outras palavras, a forma criada só pode ser revelada pelo uso social a cada momento, sendo esse uso que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um “valor de uso” (Moraes; Costa, 1984). Novamente se reafirma o entendimento de que são os processos sociais que qualificam os lugares (e não o inverso), inclusive qualificando as características naturais nele contidas, tornando-as *recursos naturais*; um qualificativo histórico, dependendo da tecnologia disponível.¹³

Do mesmo modo que os demais processos sociais, a valorização do espaço também se modifica historicamente, variando de características em sua universalidade (abstrata). Suas manifestações concretas, como já mencionado, ocorrem guiadas pelas determinações gerais do período histórico em que estão contidas. A temporalidade submete, assim, a especialidade, e esse processo universal se torna denso de particularizações temporais e espaciais. Daí a possibilidade de poder falar de uma espacialidade própria a cada modo de produção, envolvendo formas de ordenamento do território e de apropriação de seus recursos, formas específicas de utilização da natureza e de repartimento dos espaços. Em suam, tem-se a possibilidade de ver a valorização do espaço como a expressão da lógica que organiza e identifica cada modo de produção, com suas relações essenciais se materializando em padrões espaciais recorrentes. Contudo, vale reafirmar, a lógica do modo de produção não elimina a diversidade e a singularidade irredutível dos lugares

¹³ Os materiais e os fenômenos da natureza só se qualificam como recursos naturais para uma sociedade quando esta dispõe de técnicas para manipulá-los, quando existam conhecimentos que permitam atribui-lhes um valor para a vida humana. Quando isso ocorre, se tornam valores de uso potenciais, constituindo parte da riqueza natural disponível no patrimônio do grupo que detém o controle do espaço onde se manifestam. Portanto, a mediação da tecnologia é essencial na relação da sociedade com a natureza (Sorre, 1952; Santos, 1984).

terrestres. Isto é, a dominância de certas relações sociais de produção específicas (historicamente localizadas) não explica por si só os processos concretos de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções do planeta se impõe como imperativo no deslindamento desses processos de relacionamento entre as sociedades e a superfície da Terra. Isso fornece um conteúdo próprio à perspectiva assumida da análise geográfica (da totalidade).

O imperativo espacial se impõe, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta, sendo a diversidade local inicialmente pautada por características da natureza. A esse substrato natural diversificado – e, como visto, requalificado continuamente como recurso para o consumo humano – sobrepõem-se heranças de espaços construídos também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície da Terra. O trabalho morto se fixa ao solo seletivamente ampliando as singularidades locais. A valorização do espaço articula esses fatores em cada qualificação das localidades, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares através das pessoas, produtos e processos se relacionam. Os arranjos singulares resultantes desse cruzamento fazem com que o ato de especializar seja de imediato uma particularização, pois as influências e condicionamentos decorrentes das características do meio (natural, construído e relacional) imprimem tonalidades locais às manifestações próprias de um dado modo de produção em cada lugar específico. Isso fica bem ilustrado no conceito de formação *econômico-social*, o qual circunscreve uma realidade sempre localizada temporal e espacialmente e que busca bem captar essa classe de mediações (Santos, 1979).

Enfim, a espacialidade se afirma como um elemento particularizador, uma mediação que quando aplicada sobre o próprio processo universal de valorização do espaço ajuda a qualificá-lo como o processo singular de formação de um *território*. Este resulta da relação de uma sociedade específica com um espaço também específico, sendo objetivado pelo intercâmbio contínuo que humaniza esse âmbito espacial, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade nela reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado pelo trabalho vai se tornando uma qualidade dos lugares, fazendo da constituição de um território um processo sincrônico e cumulativo. As construções e destruições realizadas fazem a parte daquela parcela de espaço, qualificando-a para as apropriações e usos futuros. Nesse sentido, o território aparece para a sociedade, a cada momento, como um resultante e uma possibilidade, como condição e meio de reprodução da vida social. Assim, pode-se dizer que o processo de *formação territorial* é a manifestação empírica da valorização do espaço, da mesma maneira que a formação econômico-social expressa o modo de produção numa situação singular. Expressam níveis diferenciados de abstração: o modo de produção e valorização do espaço referindo-se mais ao plano da universalidade, enquanto as formações mencionadas dizem respeito ao caminho da singularidade. O movimento entre esses níveis constitui o domínio da particularidade, vista aqui como “um campo de mediações” (Lukács, 1970).

Cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e sobre a utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica como “região” ou “paisagem”. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Posto em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território. Logo, este conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupe e explore aquele espaço. O território, nesse sentido, inexistente como realidade natural. Tal conceito possui,

assim, duas vantagens: impede qualquer retorno de concepções naturalizantes (que tanto marcaram a geografia tradicional) e aponta para uma visão social do objeto geográfico, reforçando a ótica aqui adotada. E mais, equacionando como um movimento – a *formação* – resgata a unidade dialética entre forma e processo (vital para a ótica geográfica que se busca construir) e evita que se caia novamente numa visão “coisificada” do objeto (Kosik, 1975). Vale reafirmar que não é o território que é assumido como objeto de investigação, mas o processo de sua formação. Em outras palavras, o que interessa para a análise proposta é a história da apropriação e uso daquela porção singular do espaço terrestre. Trata-se, por tanto, da própria história como objeto e não de estudo de um de seus produtos congelando no tempo: a configuração territorial “Moraes, 2000”.

4 Os campos da geografia humana

Antes de avançar nessa argumentação, cabe destacar algo sobre as possibilidades de diálogo interdisciplinar contidas na presente proposição, ainda no plano genérico do deslindamento do campo de investigação. Há razoável concordância dentro da tradição metodológica assumida que as três dimensões básicas da vida social são: a econômica, a política e a cultural. Entendendo o objeto geográfico como um processo social, estas três dimensões recortariam suas manifestações concretas, fornecendo elementos para a particularização do próprio processo universal de valorização do espaço. Tendo que o estudo de tais dimensões fundamenta os objetos de outros campos disciplinares das ciências sociais, suas aproximações com a geografia deveriam se efetivar como interlocuções dessa disciplina com esses campos (Gregory; Martin; Smith, 1996). O resultado desses diálogos interdisciplinares indicaria, por este encaminhamento, a divisão dos principais campos da geografia humana, dando uma fundamentação ontológica mais consistente para essa delimitação.

A primeira dessas aproximações circunscreve o campo da *geografia econômica*, objetivado numa interlocução entre a geografia e a ciência econômica ou, já distinguindo certas opções metodológicas nessa disciplina, a economia política. Tal campo teria por objeto de reflexão e análise a espacialidade da vida econômica ou, posto noutros termos, os processos econômicos de relação da sociedade com o espaço que lhe abriga ou, ainda, a relação *espaço-valor* (Moraes; Costa, 1978). Algumas indicações do temário específico desse campo já foram apresentadas ao longo do texto na medida mesmo em que, na concepção adotada, a reprodução da vida material ocupa lugar de destaque na interpretação da vida social. Toda a discussão clássica sobre a gênese do valor, e sobre o papel da natureza nesse processo, já abre um amplo horizonte de investigação interdisciplinar com desdobramentos interessantes na reflexão econômica contemporânea sobre a questão ambiental (Moraes, 2009).

Cabe precisar os processos fundamentais de interesse do campo da geografia econômica, onde se destacam dois conjuntos: os processos de *fixação geográfica do valor* e os processos de *transferência geográfica do valor*. Os primeiros buscam investigar como parte da riqueza produzida pelos grupos humanos vai se depositando na superfície do planeta, como alocações de trabalho morto que se materializa nas construções e nas transformações das paisagens e dos lugares terrestres. Vale assinar que tal estudo é básico para a contabilização social dos processos de valorização do espaço, pois os lugares podem se empobrecer dependendo dos

tipos de relações produtivas que sejam neles realizadas. Nesse sentido, captar o grau e as formas de internalização espacial do valor produzido na escala local – o *valor fixado* – emerge como importante ponto na pauta de discussão da geografia econômica. Parte do trabalho morto depositado na superfície terrestre está inscrito nas formas criadas (ou espaço produzido) que expressam quantidades de valor definidas pelo trabalho social necessário para construí-las. Tais formas não naturais – os *fixos* (Santos, 1988) – têm muitas vezes uma perspectiva de duração que transcende as finalidades originais para as quais se destinavam no momento de sua construção, habilitando-se para novos usos e funções a cada conjuntura ou a cada ciclo produtivo. O processo de fixação geográfica do valor busca rastrear e explicar esta apropriação e produção do espaço, analisando sua lógica locacional e avaliando os estoques de valor fixados nos diferentes lugares em distintos momentos, inventariando a quantidade e a qualidade dos fixos existentes num âmbito espacial numa conjuntura (Moraes, 1994).

Sabe-se que a parcela do valor não ficado vai circular no espaço se fixando (em parte) em outros sítios, alimentando assim circuitos espaciais e influenciando na vida de outras localidades. Isso dá margem à existência do conjunto de processos de transferência geográfica do valor (Sojo, 1983), aqueles que interessam à mobilidade da riqueza produzida (Moraes, 1989b). Aqui, o tema básico para a análise são os fluxos no espaço terrestre, investigando o deslocamento de riquezas, mercadorias e informações. O universo da circulação abre um amplo horizonte de pesquisas ao examinar a espacialidade das trocas, dos transportes, e dos circuitos financeiros. Tanto a chamada “renda de circulação”, que incide no custo das mercadorias, quanto os encargos financeiros cada vez mais expressivos na composição dos preços, constituem importantes pontos de indagação num mundo de intensos intercâmbios materiais e imateriais que conforma a geografia das redes.

Uma segunda divisão respaldada num fundamento interdisciplinar recorta o campo da *geografia política*, originado no diálogo entre a reflexão geográfica, a ciência política e o direito. A espacialidade da vida política, ou os processos políticos de relacionamento entre a sociedade e o espaço, está no centro das atenções de uma abordagem que busca explicar a relação espaço-poder. Assim, são as formas de domínio dos lugares que vão constituir o objeto privilegiado de análise, emergindo a atuação estatal como de singular transcendência nesse contexto. Por isso, o tema da relação entre o Estado e o território merece uma atenção especial dos autores dedicados aos estudos de geografia política. A questão da definição dos âmbitos espaciais de exercício da dominação estatal aparece entre os processos essenciais a serem examinados nesse campo, ao lado do estudo do comportamento territorial das diferentes unidades políticas consideradas (Costa, 1992).

A formação dos territórios, apesar de possuir motivações econômicas bem determinadas, é um ato político por excelência. Os territórios são *construções militares* que, no limite, se objetivam pelo seu potencial bélico. Mas são também *construções jurídicas*, que necessitam ser legitimadas interna e externamente ao seu âmbito de exercício do poder, por meio dos preceitos do direito vigente. Os territórios são, ainda, *construções ideológicas*, na medida em que é necessário difundir o reconhecimento da autoridade, por exemplo, pela doutrinação de um sentimento de “pertencimento” de comunidade na população que o habita (Anderson, B., 1993). A combinação entre estes planos nos processos concretos variou bastante ao longo da

história. Há casos em que um pleito territorial, de origem cultural, desencadeou campanhas militares que geraram territórios legitimados posteriormente. Outras vezes, uma conquista bélica originou um território, onde a homogeneidade cultural foi imposta no próprio processo de territorialização do poder. Há inclusive territórios com uma existência jurídica prévia a sua objetivação prática. Enfim, os processos histórico-concretos de formação territorial são múltiplos e variados, animando o universo de pesquisa da geografia política.

Como foi dito, no mundo moderno os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço, qualificando-se como o âmbito espacial do exercício do poder de um Estado (Badie, 1996). Tal entendimento está na base da diferenciação das concepções geográfica e antropológica a respeito desse conceito, ambas demarcadas por trajetórias teóricas distintas. No campo da geografia, assim como nas teorias do direito a afirmação de uma autoridade e o exercício do poder define o território, que é um espaço qualificado pelo domínio político. Já nas teorias da antropologia, tal conceito qualifica a vivência de espaços específicos e a espacialidade de relações simbólicas, notadamente aquelas referidas às identidades. Aqui se trabalha com a primeira concepção, que vincula o território à “forma estatal de dominação social” (Recalde, 1982). Contudo, o tema da autonomia nacional repõe o diálogo entre poder e identidade, que hoje adquire uma importância ímpar para os estudos de geografia política (Rafestin, 1993). A discussão da formação dos territórios estatais, e especificamente os nacionais com a ideia da soberania popular, envolve, todavia, um nível de particularização histórica bem maior do que o praticado no ponto da argumentação em que estamos.

Aqui cabe delinear a terceira divisão básica do campo da geografia humana que se estabelece a partir da prática interdisciplinar. Na verdade, quando adentramos no tema da legitimação social do exercício do poder no espaço já se tangencia este campo, na sua intersecção com a própria ótica da geografia política. Trata-se da *geografia cultural*, dedicada a análise e reflexão sobre a relação entre o espaço o *imaginário* e as *representações*, o que envolve uma interlocução com várias disciplinas: desde a antropologia e a sociologia até a semiologia e a psicologia social. É a espacialidade da vida cultural que vem ao centro da investigação, ou, em outros termos, as relações culturais que a sociedade e os indivíduos estabelecem com o espaço, as quais revelam as formas de *consciência espacial* vigentes. Assim é a valorização subjetiva do espaço que importa para essa perspectiva, destacando-se o estudo dos discursos normativos ou interpretativos que podem ser definidos como *ideologias geográficas* (Moraes, 1988), notadamente aqueles que visam orientar juízos acerca dos lugares ou comandar a apropriação e produção do espaço.

Por ser a relação sociedade-espaço um processo universal, todos os indivíduos que compõem qualquer agrupamento social (em qualquer época e em qualquer cultura) desenvolvem trocas simbólicas com os espaços em que estão inseridos. Tais trocas alimentam o *horizonte geográfico* presente na consciência de cada ser humano, constituindo parte do equipamento sociopsíquico adquirido em seu processo de socialização e vida. Este incorpora deste uma *geografia espontânea* do senso comum, que emerge diretamente da práxis manipulativa dos lugares terrestres até o imaginário erudito subjacente ao conhecimento científico da Terra. As escalas de abrangência desse horizonte variam enormemente, seja do ponto de vista individual, histórico, social ou cultural, podendo abarcar desde apenas o *espaço vivido* local até uma cons-

ciência planetária bem fundamentada. Vale lembrar que o conceito de horizonte geográfico remonta a Humboldt, que o definia como a cosmografia presente no pensamento de cada indivíduo, alimentada pelo resultado de sua vivência e observação do mundo e também por sua imaginação e suas emoções.¹⁴

Uma forma de detalhar esse extenso universo de investigação é circunscrevê-lo ao campo do “saber culto”, que envolve o registro escrito e a reprodução dos discursos. Adentra-se, assim, a seara das representações sobre o espaço originadas por uma *práxis* apropriativa, objetivando o universo do que poderia ser denominado de *pensamento geográfico*. Aborda-se aqui o amplo conjunto de discursos que refletiram acerca da superfície da Terra, dos lugares terrestres, e do espaço, o que abre um leque de interlocuções extremamente vasto para a geografia cultural. Pode-se avançar delimitando historicamente o campo a ser pesquisado, introduzindo qualificações que particularizam como o pensamento “ocidental” ou a época “moderna” ou, até mesmo, o conhecimento “científico”. Nesse percurso, qualifica-se como objeto de análise o próprio discurso geográfico; a “geografia” tomada como tradição acadêmica aparecendo como uma modalidade de reflexão acerca dos temas mencionados. Neste sentido, a geografia cultural vai assumir também um papel de *metageografia*. Para explicitar essa condição cabe esclarecer melhor a diferenciação entre pensamento geográfico e geografia.

Abandonado a soberba de tomar como “geografia” qualquer reflexão sobre o espaço ou a superfície da Terra, fica evidente que tal campo disciplinar cobre um tipo específico de discurso no universo que está sendo chamado de “pensamento geográfico”. A produção da geografia acadêmica é tomada então como uma modalidade de discurso, com uma história e tradição própria, passível de ser analisada com especificidade como qualquer outro discurso do amplo universo considerado. Nesse sentido, o conhecimento disciplinar aparece como tema do campo de investigação da geografia cultural, isto é, como objeto de ser interesse analítico. Esta possibilidade de autorreflexão com exterioridade é que qualifica a geografia cultural como uma meta-geografia, isto é, como uma reflexão sobre o próprio ato de “fazer geografia” e sobre seus produtos: os *discursos geográficos*, estrito senso.

Cabe salientar, ainda nesse plano genérico de apresentação do campo da geografia cultural, que um importante conjunto específico dentro do pensamento geográfico circunscreve aqueles discursos que possuem um teor normativo, isto é, que veiculam juízos e valores acerca dos lugares e cumprem, assim, uma função pedagógica no sentido de influírem marcadamente na conformação das consciências espaciais. Estes, de maior conteúdo político, constituem o universo das *ideologias geográficas*, que escoram os processos de produção material do espaço, na medida em que esses demandam a elaboração de planos e projetos. Pode-se dizer que as ideologias geográficas recobrem os discursos politicamente orientados do pensamento geográfico, seja em termos do estabelecimento de valores acerca do espaço e dos lugares, seja no direcionamento da ocupação e dos usos efetivos da superfície terrestre. Vale acentuar que não existe produção *material* do espaço sem produção *simbólica*,

¹⁴ Um amplo universo de investigação se abre para o estudo da imaginação espacial e dos lugares imaginados. Todos os utopistas projetaram espacialmente suas propostas, as religiões remetem a cosmologias mágicas, espaços oníricos são criados pela literatura ou pelo cinema. Vale salientar que a imaginação geográfica e a busca de lugares imaginários animaram explorações e representações. Sérgio Buarque de Holanda exemplificou bem como essa “geografia fantástica” atuou na colonização do Brasil, mostrando a força dos mitos como fator de ocupação do espaço (Holanda, 1985).

sendo a relação homem-natureza, a apropriação dos lugares, e a formação dos territórios, processos teleológicos impulsionados por sujeitos e envolvendo finalidades e ações conscientes (Moraes, 1988).

O parágrafo anterior permite bem entender o caráter meramente analítico (epistemológico) da distinção entre os três campos da geografia humana, ao iluminar suas inter-relações e a unidade ontológica básica de suas manifestações concretas. A discussão isolada de cada um desses campos serve para bem equacionar conceitos e mecanismos sociais específicos e para investigar fenômenos particulares, elucidando os instrumentos teóricos para a própria particularização histórico-geográfica (vista como estabelecimento de mediações). Como dito, os processos concretos de formação dos territórios mobilizam múltiplas determinações, articulando dimensões variadas que são estudadas sistematicamente por diferentes campos científicos, o que condena a geografia a praticar o diálogo interdisciplinar para dar conta de seu próprio objeto.¹⁵ Cada campo identificado ilumina uma interface da interlocução geográfica, apreendendo aspectos particulares (parcialidades) da vida social, de modo a contribuir na tessitura da teia de determinações que compõe o caminho para a compreensão de uma formação territorial singular.

5 Geografia: a dimensão espacial da sociedade

Desse modo, enquanto a valorização do espaço aparece como o horizonte teórico genérico de indagação da concepção de geografia proposta, a formação territorial é posta como o objeto empírico das pesquisas, o ajuste de foco naquela ótica angular de captar o movimento histórico própria da geografia humana: uma abordagem que busca apreender a valorização do espaço em manifestações únicas sincronicamente avaliadas, logo, em processos de formação territorial singulares. Transita-se, por tanto, da alta abstração da categoria “espaço” ao preciso e objetivo conceito de “território”, o qual não necessita de adjetivos que o qualifiquem para o uso analítico. Na formação territorial, às determinações dos processos econômicos, se associam as injunções da política e as nuances da cultura. Na historicidade plena das manifestações singulares aparece a possibilidade de indicar os agentes de tal processo, os sujeitos concretos que impulsionaram seu movimento, e as motivações e interesses específicos que animam suas ações em cada conjuntura.

A ocupação dos espaços, os usos do solo, os assentamentos humanos, as formas de apropriação da terra, as hierarquias entre os lugares, as localizações, tudo isso substantiva os resultados de disputas, lutas hegemônicas, violências, ideias, enfim, de atos políticos. A formação

¹⁵ Como apresentado, o estudo da formação de um território específico implica a análise da dimensão espacial de uma formação social singular, pois constitui sua espacialidade ou sua projeção na superfície da Terra. Assim, o território, ao mesmo tempo em que é determinado pela particularidade da sociedade que o constrói, aparece como um fator de definição da singularidade desta, sendo em si mesmo um elemento de particularização. Para compreender o processo de formação de um território singular, cabe relacionar as dimensões econômica, política e cultural da sociedade que impulsiona tal processo, pois é na sua trama histórica que se pode captar a lógica de tal construção. Nesse sentido, o território pode ser visto pela análise geográfica como um nexos totalizante que reintegra a unidade dos campos da geografia humana, articulando no movimento histórico de sua formação os processos e fenômenos estudados por cada um dos três campos expostos.

dos territórios manifesta-se como expressão de processos teleológicos, dotados de finalidades atribuídas por seus agentes, logo sustentadas em projetos e guiadas por vontades ou escolhas de seus protagonistas. Processos que envolvem representações, discursos e valores, em suma, formas de consciência espacial e ideologias geográficas. E todo esse movimento se desenrola em “cenários” dotados de peculiaridades locais que interferem nas decisões e na caracterização dos interesses em jogo. Os lugares terrestres exprimem e expressam a cada momento a espacialidade que contém como potencial e como determinações, suas materialidades espaciais a serem envolvidas pela vida social.

Tem-se, por tanto, que o estudo da constituição de um território pode ser um rico caminho para a análise da particularidade histórica de uma formação social, pois a qualidade de sua inércia e continuidade – o *prático inerte*, como conceituou Milton Santos, fazendo uso de um conceito de Sartre (Santos, 1978) – torna-o depositário não apenas de valores econômicos, mas também dos projetos políticos que se hegemonomizam em cada sociedade em foco. O fato de uma diretriz se materializar no espaço pode ser vista, inclusive, como a maior prova de sua hegemonia, e, nesse sentido, deve-se captar na objetivação das formas espaciais a vitória efetiva das concepções e desígnios que a idealizaram. O território é, assim, um resultado do exercício de poder, cujo modo de funcionamento pode ser lido em sua paisagem e em suas estruturas materiais.

Enfim, como posto anteriormente, a formação territorial – vista como manifestação particularizada da valorização do espaço – vai ser entendida como um dos elementos definidores da particularidade de uma sociedade, na medida em que o desenvolvimento histórico se faz *sobre e com* o espaço terrestre, resultando que toda formação social é também territorial no sentido em que necessariamente se espacializa em certa porção do globo. A delimitação de tal espacialização ao longo da história constitui um tema básico da geografia humana. Em outras palavras, a definição da escala espacial ontologicamente mais relevante para a análise geográfica emerge como umas das questões centrais na reflexão desse campo disciplinar. Em verdade, boa parte da discussão conceitual da geografia buscou fornecer um conceito-síntese (região, hábitat, paisagem, área) que respondesse a tal indagação: qual o recorde espacial mais adequado para compreender a relação sociedade-espaço?

A abrangência espacial do domínio político de um dado grupo torna o conceito de território, a nosso ver, o mais indicado para proceder tal recorte em fase dos posicionamentos teóricos assumidos. Porém, deve-se ter claro que tal critério em sua manifestação concreta varia historicamente conforme os próprios modos de organização da vida social de cada povo. O que implica em repartições espaciais diferentes já na definição das próprias unidades sociais em cada época e lugar. Além disso, variam bastante também as formas e as práticas do exercício da autoridade política. Por essa razão, a definição clara do recorte “adequado” já pressupõe certo grau de historicização da reflexão, mesmo que ainda no plano de uma macroperiodização histórica, por exemplo, sua inserção nos marcos de um dado modo de produção (Moraes, 2000).

Valorização do espaço e formação territorial, dois níveis de abordagem de um mesmo processo. De um lado, mais abstrato, as determinações genéricas fornecendo os macroindicadores que especificam os objetos da investigação e delimita as problemáticas e os

conceitos, apontando para processos universais, suas lógicas estruturais de constituição e a mecânica de seu funcionamento como abstração (por exemplo, a valorização “capitalista” do espaço). De outro, já no bojo da concreção, a malha mais fina do desenrolar dos movimentos históricos particulares, e nestes o desenrolar de conjunturas, permitindo identificar vontades e posições individualizadas, atores e interesses específicos, empenhados na formação cotidiana dos territórios. Vê-se assim, duas perspectivas interligadas (e em trânsito) de análise e reflexão, em cuja união se desenha o projeto de uma geografia interpretativa, social e histórica. Uma abordagem que explicita uma forma específica e angular de interpretar a história: a geografia como história territorial.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALTVATER, E. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (dês)ordem mundial*. São Paulo: Edunesp, 1995.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen de la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, P. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Afrontamento, 1976.
- BADIE, B. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Piaget, 1996.
- BOURDIEU, P. O campo científico, In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- _____. Institucionalización de la geografía e estrategias de la comunidad científica de los geógrafos. *Geocrítica* 8/9, Barcelona, 1977.
- COSTA, W. M. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DOLFUS, O. *O espaço geográfico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- ESCOLAR, M. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HARVEY, D. *A produção do espaço*. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

- _____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLANDA, S. B. *Visão do paraíso: Motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1985.
- KOFLER, L. et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MORAES, A. C. R. Contabilidade ambiental e geografia econômica. *Investigaciones Geográficas*, México, 2009. Número especial.
- _____. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. Fixação de valor e capital fixo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 72, 1994.
- _____. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989a.
- _____. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de acumulación en el espacio. In: YANES, L.; LIBERALLI, A. (Orgs.). *Aportes para el estudio del espacio socio-económico*. Buenos Aires: El Colóquio, 1989b.
- _____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____; ESCOLAR, M. Pierre George: Fragilidade teórica, compromisso político e temática regional. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2., 1989, Montevideu. Anais..., Montevideu, 1989.
- _____; COSTA, W. M. *A valorização do espaço*. São Paulo. Hucitec, 1984.
- _____. Espaço, valor e a questão do método. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 5, 1978.
- RAFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RECALDE, J. R. *La construcción de las naciones*. Madri: Siglo Veintuno, 1982.
- ROSS, J. L. S. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1990.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SCHAEFFER, F. O excepcionalismo em geografia: um estudo metodológico. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, 1976.

SCHMIDT, A. *El concepto de naturaleza en Marx*. México: Siglo Veintiuno, 1976.

SLATER, P. *Origem e significado da Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SILVA, A. C. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SOJO, E. Uma interpretação materialista da espacialidade. *Abordagens Políticas da Espacialidade*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

SORRE, M. *Les fondements de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1952.

UNWIN, T. *El lugar de la geografía*. Madri: Cátedra Geografía Menor, 1995.